

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.071 - SP (2019/0027976-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **MARIA HELENA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTO CARLOS DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP168579**  
                  **DANILO MINOMO DE AZEVEDO - SP271520**  
**RECORRIDO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA HELENA DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Do exame dos autos, verifica-se que a questão central discutida no Recurso Especial, diz respeito ao valor da causa, questão que está vinculada ao deferimento ou indeferimento do pedido de desaposentação.

Ocorre que a Primeira Seção do STJ, em 04/06/2019, afetou, nos Recursos Especiais 1.767.789/PR e 1.803.154/RS, a questão relativa à "possibilidade de, em fase de Cumprimento de Sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do artigo 18, § 2º, da Lei 8.213/1991".

Considerando que, conforme acima foi ressaltado, o pleito relativo ao valor da causa está relacionado ao deferimento do pedido de desaposentação, tema esse que refere-se à matéria afetada, o julgamento imediato do recurso seria prematuro, e, desse modo, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem, para que, uma vez concluído, nesta Corte, o julgamento, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

Ante o exposto, determino a devolução do presente feito ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015, o Recurso Especial: (a) tenha seguimento negado, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ, ou (b) tenha novo exame, na origem, se o acórdão recorrido contrariar a orientação desta Corte.

Oficie-se ao Presidente do Tribunal de origem para que, em casos idênticos, adote o procedimento acima mencionado, caso ainda não o tenha feito.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora